



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Local: Auditório da Paróquia Sagrados Corações.

Data: 04 de julho de 2013.

Horário: 08h30

1 Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e treze, no auditório da Paróquia Sagrados Corações,
2 realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e
3 Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social. Estiveram presentes os seguintes
4 conselheiros: **Conselheiros Titulares CMDCA:** Patrícia Grassano Pedalino, Tércia Lamônica de Azevedo
5 Oliveira, Nanci Saku Kemmer de Moraes, Lílian Mara Consolin Poli de Castro, Simone Leal Peres, César
6 Braga de Paula, Cristiana Maria Bastos Vezozzo, Diva Lúcia da Cruz Ferreira, Alexandra Alves José,
7 Laura Ferreira Lago, Gisele Dobis Toreto. **Conselheiros Suplentes:** Rivaldir Andrade; **Ausências**
8 **Justificadas:** Sérgio de Souza Barbosa, Edegar Marandola, Edson Antônio de Souza, Antônio Irineu
9 Barrinuevo, Dulcelina Aparecida Silveira. **Conselheiros Titulares CMAS:** Sandra Cristina Bianconi da
10 Silva, Silvia Helena da Silva, Ordália de Fátima Braganholi Ferreira, Carla Mancebo Esteves;
11 **Conselheiros Suplentes:** Nívia Maria Polezer, Gisele de Cássia Tavares, Lucimar Rodrigues da Silva,
12 Mariana Barros de Oliveira, Miriam Pator; **Ausências Justificadas:** Aurélio Caetano da Silva, Vivane
13 Braz Itakura, Gabriela Fernanda Medeiros Ignácio. **Registraram presença:** Magali Batista de Almeida
14 (Núcleo Espírita Irmã Scheila), Vanessa Camargo de Oliveira (Guarda Mirim de Londrina), Ediane de
15 Paula Machado (Centro Ocupacional de Londrina), Otávio Valeriano Santos Silva (Ciranda- Jovem
16 Articulador), Ricardo Aguilera (Vereador Emanuel Gomes), Diego Aguilera (vereador Emanuel Gomes),
17 Sonia Medeiros (Secretaria de Política para Mulheres), Marlene I. Nascimento (SMPM/Comissão
18 Semear), Maria Madalena G. Sbizena (Conselho Mulher-CRF), Susana B. F. de Lacerda (MP), Claudines
19 S. Perojin (Cras Centro B), Leoni Alves Garcia (Pastoral do Menor), Denise de Almeida Fank (SMAS),
20 Elisa Scalassara (Verador Tio Douglas), Luciano Bitencourt (Veradora Lenir de Assis), Viviane Pereira
21 (Vereador Rony Alves), Maria Andréa dos Anjos (Casa Acolhedora), Sara Gladys Toninato (SMAS; Creas
22 III), Edna Viana (ILITC), Adenilson Rosa (Instituto Eurobase), Maria Inez Gomes (Conselho Tutelar
23 Centro), Alisson Fernando Moreira Poças (Conselho Tutelar), Yara R. Faleiros Guariente (Promotora da
24 Infância e Juventude), Verônica Sabino dos Santos (Conselho Tutelar Sul), Daniely Sarzi (Creas 2),
25 Flávia Fernandes de Carvalhaes (Creas 2), Ailson B. Santos Junior (Estagiário CMDCA). Após verificação
26 do quórum, a reunião foi presidida pelo padre Cesar Braga de Paula com os seguintes pontos de
27 pauta: **1-Apreciação da Pauta:** alteração da ordem, aprovada. **2- Relato das Comissões: Cadastro:**
28 Solicitação de cadastro do Programa Centro da Juventude, aprovado. **Comissão de Fundo:** CEI Irmãs
29 de Betania solicitam alteração no Plano de Aplicação do convênio CVSMGP008-20012 e utilização dos
30 rendimentos de Aplicação Financeira do recurso do convênio: aprovada. Associação Água Pura,
31 CVSMGP 061/2013, que tem como objeto a execução do projeto “Fortalecendo a Inclusão Social
32 através da Informática”, que solicita prorrogação do prazo de vigência por 90 dias, até 04/11/2013:
33 aprovada. **3- SINASE:** Flávia Carvalhaes e Sandra Coelho. Expõem sobre a conjuntura: produção de
34 processos como a violência e a criminalidade. Há uma visão de culpabilização individual em relação à
35 produção da violência. Embora existam leis que garantam direitos, como ECA, há um crescente
36 movimento do legislativo de retrocesso quanto às leis, mesmo após a sanção do SINASE, como por
37 exemplo as discussões em relação a redução da maioria penal. Sandra Coelho relata que os

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

38 adolescentes sofrem muito mais violência que praticam. Sofrem cotidianamente com a violência, dos
39 diversos tipos: institucional, cultural dentre outras. Há uma estatística que morre um adolescente por
40 mês em Londrina, porém a realidade tem se mostrado outra. Magali Batista, do Núcleo Irmã Scheila
41 informa que no bairro de abrangência da instituição foram três jovens em um mês, com idades de
42 14,13 e 12 anos respectivamente. Flávia Carvalhaes coloca que há necessidade de se mudar o modo
43 de ver, compreender esse adolescente, pois há uma grande dificuldade em lidar com “adolescentes
44 problema”. Há muitas dificuldades em inserir o adolescente na rede formal novamente (escola,
45 projetos). É muito comum dizer que o “adolescente não adere a proposta”. Precisa-se pensar essa
46 rede de atendimento conforme as necessidades postas pelo contexto. A mídia contribui para a
47 formação dessa visão preconceituosa, e violenta desse adolescente, dando ênfase em ações pontuais
48 praticadas por adolescentes. Temos trabalhado com o conceito de vulnerabilidade, no sentido de
49 abandonar a lógica dual de “culpados” ou vítimas” em relação as pessoas inseridas no “mundo do
50 crime”. Trabalhar com a perspectiva de que são coletivos, situados em complexidade sócio-culturais,
51 que exige do Estado e da sociedade entendimentos e propostas de intervenção mais amplas e
52 eficazes. Há uma tendência na criminalização da pobreza. Faz com que atos cometidos por jovens de
53 periferia não sejam vistos pela mesma ótica que os atos cometidos por jovens de classe média,
54 judicializando comportamentos que deveriam ser atendidos por outras políticas como saúde,
55 educação e acabam sendo tratados com a privação de liberdade. Quais são os prejuízos disso para o
56 adolescente? A sociedade tem tentado resolver a situação investindo em segurança, um problema
57 que é social. Sandra Coelho reforça que ainda vivemos a lógica do “quadrado”, do tratamento
58 individual, segmentado. Porém, quando Londrina instala uma Assessoria de Proteção a Criança e
59 Adolescente, está falando de uma proposta de integração, que parece ser a mais adequada para o
60 contexto atual. É o desafio da nossa rede de trabalhar em conjunto, integrado, à luz do princípio da
61 incompletude institucional. As medidas socioeducativas devem ser referenciadas numa ação
62 integrada. Flavia Carvalhaes coloca que é necessário investir cada vez mais em meio-aberto. Sandra
63 Coelho coloca as atribuições que o SINASE traz em relação ao CMDCA, para que o plano tenha
64 efetividade e as principais competências do município também. O governo federal já colocou em
65 consulta pública o plano nacional socioeducativo para a contribuição de Estados e Municípios.
66 Ressalta o artigo 31, em relação ao financiamento, nas três esferas de governo. Hoje temos recursos
67 continuados no governo do Estado. Sandra Coelho detalha a elaboração do plano municipal conforme
68 o SINASE. Que o plano deve dialogar com e Estado também, com os Censes. É necessária a indicação
69 de uma Comissão Intersetorial no Município, envolvendo todas as Políticas Públicas. Após aprovado o
70 Plano Federal, o município tem 360 dias para a elaboração de seu plano. Registra-se a presença do
71 adolescente Otavio Valeriano Santos Silva na reunião, do Projeto Ciranda, que também é educando da
72 Epesmel. Segue para o debate: Telcia Lamônica de Azevedo Oliveira reforça que precisa compor esta
73 Comissão Intersetorial com urgência, visto que 12 meses é um tempo restrito para a elaboração de
74 um plano. Precisa ainda tratar da comissão anteriormente instituída, denominada de Comissão de
75 Acompanhamento da Política de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei. Há que se
76 encaminhar-direcionar o que acontecerá com esta Comissão face às novas exigências do Sinase. A
77 secretária municipal de Política para as Mulheres, Sônia Medeiros, coloca a secretaria (profissionais) à

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

78 disposição para elaboração do Plano Municipal. A vereadora Lenir de Assis coloca a Comissão de
79 Criança e Adolescente da Câmara de Vereadores para participar também. A Conselheira do CMDA,
80 Lilian Consolin Poli de Castro questiona sobre a composição da comissão. Sandra Coelho coloca que a
81 Lei Federal (Sinase) é flexível quanto às políticas públicas que formarão a comissão. O importante é
82 que sejam pessoas que acreditem na causa e envolvidas, que não seja uma decisão meramente
83 hierárquica. **4- Discussão sobre implantação de Vara Especializada em crimes contra Crianças e**
84 **Adolescentes:** Dra. Susana de Lacerda, promotora de justiça da 6ª Vara Criminal, relata que a referida
85 Vara Criminal foi criada com o objetivo de atender crimes enquadrados na Lei Maria da Penha,
86 entretanto, nos dois últimos anos aglutinaram-se também crimes contra criança, adolescentes e
87 idosos, somando-se várias prioridades em uma única Vara. Assim, acaba que nenhum segmento na
88 prática tem prioridade devido ao acúmulo de processos. Elogia exposição de Sandra Coelho e Flávia
89 Carvalhaes, que foi de extrema importância para sensibilizar, pois a maioria dos operadores do direito
90 não possuem essa sensibilidade e é necessário insistir muito para se conseguir mudar a visão desse
91 público. Se posiciona contra a redução da maioridade penal. Relata que quando atende uma situação
92 de violência mulher, certamente há crianças e ou adolescentes envolvidas que sofrerão as
93 consequências dessa violência. Em Londrina, já há um histórico de investigação em relação aos casos
94 de abuso, porém, a punição era muito morosa, pois os processos eram distribuídos em diversas varas
95 criminais. Com a criação da 6ª Vara a punição ganhou mais agilidade. Hoje a 6ª Vara utiliza-se do
96 “depoimento sem dano”, mesmo tendo conhecimento das discussões sobre a prática nos Conselhos
97 de Psicologia e Serviço Social. Atualmente são 500 processos em andamento e em média 1250 casos
98 atendidos no CREAS III. Relata a sobrecarga em relação ao número de processos em andamento em
99 uma única Vara de extrema importância, observando que o Estado instituiu seis novas Varas em
100 Londrina para ações cíveis, de cunho fiscal/pecuniário. Todos nós, em algum momento, repetimos
101 historicamente que a mulher é “culpada” pelo abuso sofrido, sob os jargões: bebeu, usou roupa curta
102 entre outros. É preciso coibir as práticas de exploração social contra crianças e adolescentes, porém
103 esta Promotoria não tem como investigar. Passa a apresentar dados de violência contra mulher no
104 Brasil: a vítima tem entre 15 e 24 anos (54%), e em 71% dos casos os agressores são conhecidos.
105 Londrina hoje tem seis mil feitos na 6ª Vara. Expõe que a proposta é encampar uma campanha para
106 que a 6ª Vara fique específica para casos da Lei Maria da Penha, como era a ideia inicial, e se crie
107 outra Vara específica para os demais casos que hoje estão aglutinados na 6ª Vara. E que o CMDCA
108 faça campanha para que os crimes contra criança e adolescentes não caiam nas Varas Criminais
109 comuns e perca a investigação, para que não volte haver demora no andamento destes processos.
110 Entende-se que o poder judiciário dê prioridade a estas questões. A Promotora Dra Yara Guariente
111 coloca que quando criou-se a Vara Maria da Penha era a ideia de um juizado, como no Mato Grosso
112 do Sul, para ter celeridade, pois a questão da violência (contra mulher/criança) precisa ter celeridade
113 pela própria natureza dos fatos. Lilian Poli pontua a necessidade de discutir a rede de atendimento,
114 pois está tudo fragmentado: idoso, criança, mulher. Muitas dificuldades. Lenir de Assis ressalta que a
115 6ª Vara não dá mais atender mulher, idoso, criança, está no limite. Hoje é necessário uma Vara
116 específica para atendimento. Sugere a de um grupo para criar estratégias. Telcia relembra que
117 quando não havia a 6ª Vara Criminal, o CREAS III se relacionava com todas as Varas Criminais, havia

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

118 processos que levavam sete anos para haver uma audiência. E os três anos de 6ª Vara tem mostrado
119 que não há como continuar atendendo demanda da infância e mulher na mesma Vara. Quanto ao
120 depoimento sem dano, a criança é inquirida varias vezes antes da audiência judicial. Há necessidade
121 de se criar estratégias para que isso seja realmente minimizando, com uma só inquirição da criança no
122 processo todo. Reforça a importância da contratação de profissionais especializados para atender nas
123 instituições de segurança pública. Dra. Susana fará uma fala dia 11/07/2013 na Câmara de Verdores às
124 15h30 sobre o desmembramento da Vara. Patricia Grassano Pedalino sugere que a Rede de
125 Enfrentamento elabore um documento sobre a questão da criação da nova Vara para será
126 encaminhado para Assembléia, TJ. Encaminhamento: que os vereadores se pronunciem sobre a luta
127 de criação da nova Vara, e também da Delegacia Especializada (NUCRIA) e defensoria pública no dia
128 11/07/2013 na Câmara. Posteriormente à reunião do dia 11/07 propõe uma nova reunião em nome
129 dos dois Conselhos CMAS E CMDCA envolvendo Ministério Público, Conselhos Tutelares, OAB,
130 Conselho da Mulher, Poder Rosa, Legislativo, saúde, CMAS, CMDCA e outros envolvidos para articular
131 sobre a composição da Comissão Intersetorial do Sinase. Dra. Susana informa que o imóvel para a
132 instalação do NUCRIA foi comprado com recursos do CEDCA, e o processo de licitação para reforma
133 ainda não se iniciou. Segundo a Secretaria de Segurança Pública não tem previsão de ser enviado novo
134 Delegado, algum terá que acumular função, assim como não há previsão de equipe técnica. Gisele
135 Tavares considera acerca dessas informações e sugere constar no documento a indicação de uma
136 alternativa intermediária de atendimento. Encaminhamento: CMDCA enviará ofício ao CEDCA e SEJU
137 solicitando informações. Assim como no momento há demanda de mais um Promotor para a vara da
138 Infância e Juventude. Sobre este ponto será encaminhado ofício ao MP-PR em nome deste Conselho.
139 Dra. Susana que a discussão começou porque o CNJ indicou a necessidade de Vara exclusiva para
140 Maria da Penha, mas pode determinar. É isto que se pretende na verdade. César Braga de Paula
141 sugere que após a reunião do dia 11/07 se tomem os primeiros encaminhamentos em relação à
142 Comissão Intersetorial. Lenir de Assis relembra que dia 11/07 não será uma audiência pública, e sim
143 uma exposição da Dra. Susana de uma hora de duração sobre o assunto para convidados e
144 interessados. Volta-se a discussão para da Comissão Intersetorial. Sandra Coelho e FláviaCavalhaes
145 tratam que para a formação da Comissão Intersetorial a Lei Federal sugere que órgão do executivo
146 seja articulador da Comissão (coordenador). Sugere que a Assessoria de Criança e Adolescente seja a
147 coordenadora, visto que a SMAS não pode, pois é executora de serviço, e a lei veda. A Conselheira
148 Telcia reforça que a composição desta Comissão precisa ser feita com cautela. Sandra Coelho tem a
149 expectativa de que na próxima reunião já haja a indicação dos representantes. A Conselheira Telcia
150 relata que o CMDCA precisa indicar as áreas que a Comissão para assim buscar os nomes das pessoas,
151 que não será composta por membros do CMDCA. Sandra Bianconi relembra que ambos os Conselhos
152 estão em processo eleitoral da sociedade civil, e dentro de um mês terão novas composições.
153 Sugestão de áreas para compor a Comissão: saúde, educação, mulher, cultura, esporte, habitação,
154 SEED, COMAD, SSP, Caps AD, UBS, Capsi. A articulação dos representantes governamentais já vai ser
155 iniciada. A Comissão da Câmara fará o acompanhamento. Daqui há 15 dias haverá a indicação dos
156 membros da sociedade civil. Outro ponto a ser discutido é a formação da Comissão de Defesa de
157 Direitos dentro do CMDCA, com dois grupos de trabalhos. A Conselheira Telcia relembra que havia

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

158 duas comissões do CMDCA que estão enfraquecidas: SEMAR e Comissão de Acompanhamento a
159 Política de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei. Sandra Coelho ressalta que o SEMAR
160 se tornou ONG e faz uma discussão muito relevante no âmbito da saúde. É preciso repensar a
161 dinâmica de formatação destas comissões, no sentido de fortalecer as ações. A Conselheira Telcia
162 relembra que o SEMEAR foi instituído dentro deste Conselho, e haverá uma reunião deles na próxima
163 quinta-feira, e devemos levar encaminhamento em relação a isso, pois esta comissão pretendia ser
164 recomposta. Encaminhamento: levar do Dr. Renato Morya, presidente do SEMEAR, o
165 encaminhamento de não recomposição da Comissão, até que seja discutida a formatação. 4- **5- Relato**
166 **da Comissão de Fundo**: apresentada minuta do Edital de partilha de recursos da Fundação Itaú. Houve
167 ressalvas em relação à divisão do recurso, no caso, para financiamento de cinco projetos de R\$
168 8.000,00 cada. E no caso de não haver cinco projetos aptos, o valor total disponível será dividido
169 igualmente entre os que estiverem aptos, independente do número. **Comissão Eleitoral**: as eleições
170 acontecerão dia 05/07/2013, no período das 14h00 às 17h00, conforme o edital. Após as eleições e
171 posse dos novos conselheiros, a nova gestão fará novo chamamento de processo eleitoral
172 complementar. No total há 07 candidatos inscritos, e não houve candidatos nas modalidades "D" e "E"
173 do edital. Solicita-se a participação da Promotoria nas eleições para acompanhar. **6- Informe**: sobre o
174 curso para Conselheiros que vem acontecendo na UEL, houve uma discussão do que é mais
175 complicado atender nos municípios: famílias onde há envolvidos com o uso abusivo ou tráfico de
176 drogas, público que fica sem atendimento (usuário, traficante, ameaçado). Na última aula não havia
177 ninguém representando o CMDCA. Hoje haverá uma discussão no referido curso com todas as
178 Secretarias para tirar encaminhamentos sobre a problemática. A vice-presidente Nanci Sakau Kemmer
179 de Moraes se comprometeu a participar. Em 05/07, às 19h00, haverá apresentação dos trabalhos no
180 CESOMAR em razão da comemoração de 09 anos da entidade. Dia 12/07, às 19h00, haverá a
181 formatura dos alunos da EPESMEL. Não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a reunião. Para
182 constar, eu, Gisele Dobis Toreto lavrei esta ata.